

20 OUT 1985

JORNAL DO BRASIL

# Empresários buscam formas de influir na Constituinte

São Paulo — Os empresários brasileiros estão trabalhando ativamente para influir na nova Constituição e participar da Assembléia Nacional Constituinte. Diversas entidades já estão dando forma jurídica a questões de interesse da livre iniciativa e o empresariado se prepara para ajudar na eleição de políticos que defendem seus pontos de vista.

Esse trabalho inclui uma "vigilância permanente" sobre o Congresso Nacional. Foi assim que a assessoria parlamentar da Confederação Nacional das Indústrias (CNI), surpreendeu os empresários ao revelar que, entre a Câmara e o Senado tramitam, hoje, 480 projetos de leis trabalhistas, dos quais alguns são considerados, na área empresarial, como danosos à iniciativa privada.

## Congresso chama atenção

Os empresários começaram a prestar mais atenção às atividades do Congresso a partir de 1984, principalmente com a discussão acirrada sobre as eleições diretas. Mas, foi a partir da eleição de Tancredo Neves para Presidente, no início deste ano, que os empresários começaram a perceber que, do Congresso, deverá emergir uma série de decisões fundamentais para a vida nacional. O Congresso, segundo eles, passará a ter um peso idêntico ao do Poder Executivo.

Assim, as diversas entidades empresariais do país, passaram a analisar fórmulas para participação na vida parlamentar. Um ponto já foi definido: entidades empresariais não pretendem formar uma central, a exemplo do que ocorreu com a classe trabalhadora; observa o presidente da Federação Brasileira das Associações Bancos (Febraban), Roberto Bornhausen.

No começo do ano surgiram notícias de que eles ajudariam a eleger constituintes, bancando a campanha de vários políticos. Isso foi negado, por vários dirigentes de entidades empresariais. Mas o presidente da Federação das Indústrias do Estado (Fiesp), Luís Eulálio de Bueno Vidigal Filho, admitiu que não se importaria de apoiar, mesmo economicamente, um candidato que represente o seu pensamento.

Os departamentos jurídicos das confedera-

ções das Indústrias, Agricultura e do Comércio, trabalham no estudo de fórmulas para que a nova Constituição consagre a iniciativa privada, recebendo também estudos que são realizados nas federações estaduais.

Na última semana, por exemplo, se reuniu o Conselho Superior Jurídico (Conjur) da Federação das Indústrias de São Paulo, que discutiu uma nova legislação salarial para ser apresentada à Constituinte.

## Mais poder político

O Coordenador do Conselho, Rui Altenfelder e seu companheiro de Departamento Jurídico da Fiesp e também da Confederação Nacional da Indústria, Carlos Eduardo Moreira Ferreira, concordam com a tese de Luiz Eulálio sobre a participação empresarial na Constituinte. A cada 15 dias, o Conjur se reúne com a presença de juristas, como Octávio Mangano e Manoel Ferreira Filho. Nas últimas reuniões, a Constituinte tem sido o ponto principal de discussão.

Na associação comercial de São Paulo, o Departamento Jurídico também está ocupado com o mesmo tema. O presidente da Associação, Guilherme Afif Domingues, trabalha ativamente nesses preparativos, lembrando que a entidade tem como sócios 200 mil empresários que querem ver suas posições defendidas na Constituinte.

Um ponto une os empresários: eles querem que a Constituinte seja elaborada pelo Congresso eleito em 1986, sem a necessidade de eleição de um grupo constituinte independente.

A decisão de fortalecer o poder político do empresariado já foi tomada. E até o final do ano ela terá um reforço, com a criação da Confederação das Empresas Financeiras.

Um de seus organizadores, o atual presidente da Federação de Bancos, Roberto Bornhausen, observa apenas que "participar da Constituinte é obrigação de todo cidadão, não de entidade empresarial". Na verdade, porém, todas as entidades empresariais de porte estão articuladas em relação à Constituinte, reconhecendo que é preciso ter um lobby formado no novo Congresso.

Leia editorial Jogos de Poder